



## Mudança na lei coloca pré-sal em risco

Petroleiros denunciam interesses do senador José Serra (PSDB-SP) **Pág. 3**

## Pedidos de impeachment "pulam a cerca" da Constituição

Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) manobra e burla legislação. **Pág. 4**



**BRASIL** distribuição gratuita

# FRENTE BRASIL POPULAR

Ano 1 | Edição Especial

Tomaz Silva / Agência Brasil



# Frente Brasil Popular sai às ruas pela Petrobrás e contra o ajuste

A Frente Brasil Popular, que reúne movimentos populares, sindicatos, partidos e intelectuais, sairá às ruas nos dias 2 e 3 de outubro. A primeira mobilização da Frente será realizada no dia do aniversário da Petrobrás. Nosso compromisso é defender a es-

tatal, a democracia e lutar por uma outra política econômica. O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade. Vem com a gente! **Página 2**

# Em defesa da democracia, da Petrobrás e contra o ajuste fiscal

Movimentos lançam a Frente Brasil Popular como instrumento de mobilização e programático

● Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países e no Brasil. Correm graves perigos os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos.

Diante deste cenário, no último dia 5 de setembro, em Belo Horizonte, mais de 2,1 mil militantes de 21 estados e do Distrito Federal lançaram a Frente Brasil Popular que reúne movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e intelectuais.

Esta Frente representa, acima de tudo, uma tentativa da esquerda responder, da forma mais unitária possível, à ofensiva conservadora em curso.

## CONTRA O GOLPISMO E O AJUSTE FISCAL

Não se trata de uma aliança de apoio ao governo da presidente Dilma Rousseff, ainda que um de seus compromissos seja a defesa da legalidade democrática e do mandato sacramentado pelas urnas.

A outra linha de atuação da FBP é o combate à política econômica adotada pelo governo depois da reeleição: o chamado ajuste fiscal.

A Frente luta simultaneamente contra o golpismo, representado pelos setores mais conservadores, e contra o sequestro da agenda governamental pelos interesses do capital financeiro.

Sem propósitos eleitorais, a Frente é um instrumento de mobilização aberta a todas as correntes democráticas e de esquerda.

## SONHO QUE SE SONHA JUNTO VIRA REALIDADE

Sairemos às ruas nos dias **2 e 3 de outubro**, aniversário da Petrobrás, para realizarmos nossa primeira mobilização em defesa da estatal, da democracia e por uma outra política econômica.

Lydiane Ponciano



OPINIÃO | João Sicsú\*

## Taxar os ricos: a saída para a crise econômica

● Mês após mês o desemprego sobe. E o rendimento médio real dos trabalhadores nas seis grandes regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE recuou 5% em relação a maio de 2014.

O nível de desemprego ainda não é alarmante. Mas a trajetória crescente é desesperadora. Já foram fechados mais de 278 mil postos de trabalho com carteira assinada de janeiro a maio.

No Brasil da última década, o mais importante instrumento de inclusão so-

cial foi o acesso ao trabalho com carteira assinada que concede direitos, como férias, 13º salário. Oferece, além disso, a possibilidade de crédito.

A atual exclusão social decorrente do desemprego é resultado da política de austeridade do governo, o chamado ajuste fiscal que deseja reduzir o déficit nas contas públicas cortando gastos e direitos trabalhistas e sociais. Sim, é preciso reduzir o déficit do ano passado que foi de 6,7% do PIB. Tal déficit não foi produzido por uma “gastança” pública dirigida

a programas sociais. Foi produzido devido à baixa arrecadação, já que o crescimen-

**Há no Brasil uma grande injustiça tributária. Quem paga muitos impostos são os pobres, os trabalhadores e a classe média**

to econômico foi pífio, e devido aos gastos do governo feitos para beneficiar empre-

sários e rentistas. Aos empresários, foi feita uma transferência, na forma de desonerações, de mais de R\$ 100 bilhões (2,1% do PIB). Ao rentistas, foram pagos mais de R\$ 300 bilhões (6,1% do PIB).

É preciso gastar certo e com qualidade. Gastos públicos com pagamentos de juros e desonerações não geram empregos. É preciso realizar obras na construção civil, que geram muitos empregos: ampliar o Minha Casa, Minha Vida, construir escolas, hospitais... É uma escolha política de projeto.

Há no Brasil uma grande injustiça tributária. Quem paga muitos impostos são os pobres, os trabalhadores e a classe média. Quem não paga ou é aliviado são os ricos. Uma reforma que faça justiça seria uma fonte imensa de recursos para garantir empregos e financiar os gastos públicos de um modelo de contínuo crescimento.

\*Professor de Economia da UFRJ, foi diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do IPEA durante o governo Lula

# Mudar lei do pré-sal prejudica o país

Alteração na legislação poderá comprometer investimentos em saúde e educação

● Há nove anos, a Petrobrás descobriu o pré-sal e já produz mais de 800 mil barris diários de petróleo nes-

sa região. O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial das maiores descobertas de petróleo. Toda essa riqueza, que hoje pertence aos brasileiros e brasileiras, está ameaçada.

O Projeto de Lei 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), quer tirar da Petrobrás a função de operadora única do pré-sal.



Isso significaria tirar o petróleo brasileiro do controle do Estado, ou seja, concedê-lo para empresas privadas e estrangeiras.

Na Câmara dos Deputa-

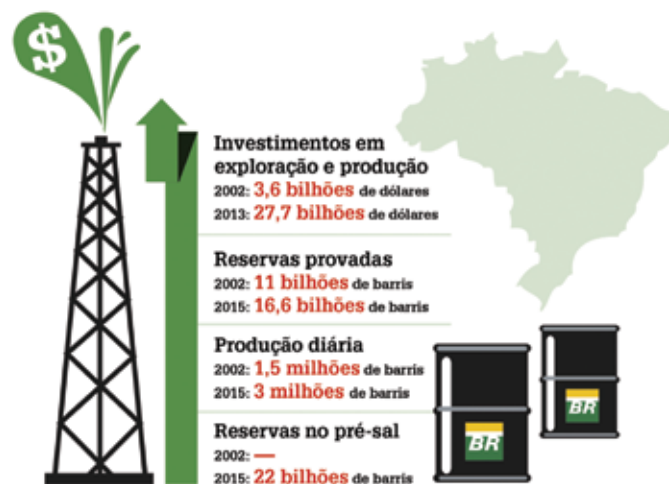
dos, outros dois Projetos de Lei do PSDB visam acabar com o regime de partilha e também com o Fundo Social Soberano que prevê recursos para saúde e em educação.

“Mexer no sistema de partilha é retirar do povo a garantia de que a riqueza produzida pelo pré-sal seja investida no Brasil”, alerta a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

## Campanha quer enfraquecer Petrobrás

Petroleiro critica casos de corrupção na estatal e a cobertura da mídia

● Os recentes escândalos de corrupção que envolvem a Petrobrás estão sendo utilizados como um dos argumentos por aqueles que defendem sua privatização. “Tudo que sai na mídia sobre a Petrobrás é negativo, como se ela fosse culpada e não vítima das denúncias de corrupção. É uma campanha para enfraquecer a empresa, movida pelos mesmos setores que tentam há anos privatizá-la e agora querem abocanhar também o pré-sal”, declara José Maria Rangel, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).



Ele ressalta que a Petrobrás e seus trabalhadores não podem ser criminalizados pelos erros de alguns gestores investigados pela Operação Lava Jato. “Aqueles que praticaram atos de corrupção na empresa já estão sendo investigados.

O que não podemos aceitar é que a mídia se aproveite disso para atacar dia e noite a Petrobrás, passando a impressão de que ela está na bancarrota. Isso é mentira. A empresa tem batido recordes que nunca são noticiados”, explica o petroleiro.

## Produção de petróleo aumentou 9%

Dados mostram aumento da produção de barris no primeiro semestre de 2015

● Segundo o último balanço divulgado pela Petrobrás, no primeiro semestre de 2015 a empresa aumentou em 9% a produção de barris de petróleo. Mesmo com a queda do valor do barril e com a crise internacional, a estatal brasileira também seguiu gerando lucro. O acumulado deste ano do lucro líquido é de R\$ 5,86 bilhões.

As riquezas que a estatal produz representam 13% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando milhões de empregos no país e 42% de todos os investimentos da indústria nacional. Is-

so tudo só foi possível porque nos últimos anos, o governo brasileiro recuperou e fortaleceu a empresa, com investimentos estratégicos, como na área de Exploração e Produção, que saltaram de 3,6 bilhões de dólares, em 2002, para 27,7 bilhões de dólares, em 2013. O resultado é que a Petrobrás dobrou a produção de óleo e gás, descobriu o pré-sal e hoje já tem reservas provadas de 16,612 bilhões de barris de petróleo e pelo menos outros 22 bilhões que ainda aguardam declaração de comercialidade.

# “Estão querendo ‘pular a cerca’ da Constituição”, diz advogado sobre pedidos de impeachment

Jurista diz que não há hipótese legal para o impedimento

● Dilma foi reeleita com cerca de 52% dos votos em outubro de 2014. Após o início do segundo mandato, parte daqueles que se opõe ao seu governo passou a defender a ideia de que a presidenta deveria sofrer um processo de impeachment.

Parlamentares oposicionistas criaram um movimento a favor do impedimento de Dilma no dia 10 de setembro. Em resposta, PT, PSD, PC do B, PMDB e PP criaram uma frente contra o processo de impeachment e, numa reunião com a presidenta, declararam seu apoio.

Treze pedidos de abertura de impeachment já foram entregues ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ao contrário do que a legislação prevê nos casos de tramitação de impeachment, Cunha devolveu os pedidos aos seus autores para que corrijam os erros presentes nas petições. Normalmente, tais documentos seriam rejeitados. Além disso, no dia 23 de setembro, o pemedebista estabeleceu o trâmite para o processamento dos pedidos, demonstrando que, ao menos, quer deixar aberta a possibilidade de colocá-los em votação. Especialistas apontam que essa movimentação faz parte de uma articulação entre forças conservadoras que tentam nas ruas, nas redes sociais e na mídia privada, influenciar a opinião pública a favor de um ‘golpe branco’ via impeachment no Congresso



Lula Marques

Para juristas, pedidos de impeachment contra Dilma não se sustentam

## VALIDADE

A Constituição prevê o impeachment nos casos em que o presidente cometa crimes de responsabilidade, ou seja, realizados por agente político durante o exercício de seu mandato. Como não existe nenhuma acusação contra Dilma, especialistas contestam a validade e legalidade dos pedidos de impeachment.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista e fundador do PSDB, acusa seu ex-partido de se aliar com corruptos para fazer oposição à presidenta Dilma. “Os guardiões da ética na política procuram derubar uma presidente cuja honestidade é evidente aliando-se ao que é evidentemente corrupto”, afirmou. Bresser fazia referência específica à articulação dos tucanos com Eduardo Cunha.

Há diversos interesses políticos por trás de um pedido de impeachment que, somados à crise econômica, aumentam

a pressão contra o governo. É essa a opinião de Armando Boito Jr., professor titular de Ciência Política da Unicamp

“A direita econômica, representante do capital nacional e internacional especulativo, não está satisfeita com o ajuste que o governo Dilma vem fazendo. Por tudo isso, o impeachment é possível. Muitas empresas estrangeiras estão de olho gordo no Pré-Sal e o PSDB, um dos partidos mais interessados no impeachment, trabalha para entregar o Pré-Sal e privatiza a Petrobras”, analisa Boito.

O advogado Igor Sant’Anna Tamasauskas aponta que, do ponto de vista jurídico, não há nenhuma possibilidade de um impeachment contra a presidenta Dilma nesse momento. Ele chama a movimentação dos deputados de “ataque à democracia”. “Estão querendo pular a cerca da Constituição”, acusa.

# Luta pela reforma política está longe do fim

PEC da corrupção pode reverter decisão do STF e veto de Dilma sobre financiamento privado de campanha

● No último dia 24/09, a presidente Dilma Rousseff vetou trechos da reforma política aprovada na Câmara dos Deputados, que consagrava as doações de empresas a políticos e partidos, considerada um dos principais fatores da corrupção.

A atitude acompanhou a votação do Supremo Tribunal Federal (STF), que nos dias 16 e 17/09, concluiu o julgamento da ADI (ação direta de inconstitucionalidade) sobre o financiamento empresarial das campanhas e dos partidos. Os resultados representaram uma vitória de diversos movimentos populares, que há tempos defendiam a proibição do financiamento empresarial das campanhas

## PEC DA CORRUPÇÃO

A decisão aconteceu 17 meses depois do Ministro Gilmar Mendes ter pedido vistas do processo, numa estratégia combinada com os segmentos favoráveis ao financiamento empresarial, para que desse tempo de votar no Congresso uma PEC 330 (chamada PEC da Corrupção), para constitucionalizar este tipo de financiamento.

A PEC 330 foi aprovada na Câmara dos Deputados após manobras do grupo do presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e encaminhada para apreciação no Senado, que ainda não votou a proposta. Por não ter veto presidencial, a PEC poderia invalidar a decisão do STF.

Por anos, o Congresso Nacional se recusou a votar qualquer alteração substancial sobre a reforma do sistema político. No entanto, os diferentes movimentos e campanhas da sociedade civil a favor do tema fez com que, este ano, as casas resolvessem votar, porém, de forma distorcida.

## Financiamento privado Eleições 2014

### R\$ 154,2 milhões

foi a soma das 20 maiores doação de empresas

As 10 maiores doadoras elegeram 70% da Câmara dos Deputados

## PODER ECONÔMICO

As decisões no STF e o veto de Dilma, porém, reabrem a possibilidade do povo brasileiro voltar a lutar por uma verdadeira reforma política, com ampla participação popular, quer seja pelo caminho do Projeto de Lei de Iniciativa Popular, encaminhado ao Congresso pela Coalizão Democrática por Eleições Limpas, liderado por OAB, CNBB e UNE, quer seja pressionando por um Plebiscito Oficial que convoque uma Constituinte Exclusiva para fazer a Reforma do Sistema Político, permitindo com que o povo possa participar de forma mais direta e soberana das decisões políticas do país.